



## Parlamento autoriza venda de usinas da Celesc

(foto Jonas Lemos Campos)



Matéria provocou intensos debates na sessão do dia 9 (acima), quando foi aprovada. Um dia antes, sindicalistas invadiram o Plenário (ao lado) e a sessão foi suspensa

**Líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), garante que empregos estão assegurados em emendas**

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Com 23 votos favoráveis e 12 votos contrários – das bancadas do PT e PP –, o Legislativo estadual aprovou na tarde de quarta-feira (9), o substitutivo global de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Projeto de Lei nº 242/05, que trata da divisão entre as áreas de distribuição e geração da Celesc (desverticalização). A nova lei adequará a empresa ao que determina o Artigo 20 da Lei Federal nº 10.840/04, que estabelece a constituição de duas empresas subsidiárias integrais para as atividades de geração e distribuição de energia.

Assim que o projeto for sancionado, a empresa poderá alienar todos os ativos relativos a geração. Ou seja, poderá vender suas 12 pequenas usinas e a participação acionária em empreendimentos de geração.

Página 9

## Fim da tarifa básica de telefonia volta ao debate

Deputados, representantes de associações de moradores, da Agência Nacional de Telecomunicações e do Procon (Defesa do Consumidor) retomaram no dia 8 as discussões sobre a tarifa básica de telefonia fixa. A audiência pública foi realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, atendendo solicitação do deputado

Vanio dos Santos (PT). A base das discussões foi o Projeto de Lei nº 101/05, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que prevê o fim da cobrança no Estado. Matéria com o mesmo teor, também do petista, foi vetada pelo governo estadual, que alegou ser de competência da União a suspensão ou não da tarifa.

(foto Jonas Lemos Campos)



Página 6

## Vereadores visitam a Assembléia

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Uma delegação composta por vereadores de seis municípios da região Oeste foi recebida no Plenário, durante a sessão de terça-feira (8). O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) saudou os visitantes e falou da importância dos vereadores na democracia, pois estão sempre em contato direto com os eleitores.

O vereador de Itá, Sadi Antônio Pichetti (PSDB), agradeceu em nome

da Câmara de seu município e disse que a visita foi extremamente positiva pelo fato de terem conhecido vários setores da Casa. O vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), afirmou que os vereadores são os legítimos representantes do povo e têm a responsabilidade de resolver os inúmeros problemas que os municípios apresentam. (TK)



## A luta contra a exploração sexual infanto-juvenil

A exploração sexual de crianças e adolescentes está se tornando um dos crimes mais combatidos em todo o mundo. Em Santa Catarina, não poderia ser diferente. No dia 20 de setembro foi instalada nesta Casa a Frente Parlamentar Catarinense, um movimento suprapartidário em prol das crianças e adolescentes catarinenses, que conta com a adesão de mais de 50 Câmaras Municipais, apoio do Ministério Público e das polícias Civil e Rodoviária.

Entre as prioridades da frente, está o acompanhamento do Orçamento da União para 2006, em busca de mais recursos para área social, a proliferação das frentes parlamentares nas 293 câmaras municipais catarinenses e a manutenção de contato estreito e permanente com as organizações da sociedade civil que defendem os direitos desse segmento da população.

Como presidente da frente, fico muito feliz com nossos trabalhos para combater este crime silencioso. Uma de nossas ações foi a criação do projeto de resolução que autoriza a criação do programa FIALESC no âmbito da Assembleia Legislativa. Este projeto tem como objetivo estimular e facilitar as contribuições dos parlamentares e funcionários desta Casa para o FIA (Fundo da Infância e Adolescência) no Estado.

Elaboramos outro projeto que autoriza o poder Executivo a criar o programa FIASER no Estado, também visando incentivar a contribui-

ção dos funcionários públicos estaduais ao FIA, uma vez que em 2004 foram R\$ 225 milhões de impostos retidos na fonte, dos quais 6% poderiam ter sido investidos através do fundo para obras e ações sociais.

Outra proposição autoriza a criação do Programa de Política Estadual de Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Santa Catarina. Intitulado RADAR, tem como finalidade adotar, permanentemente, na rede estadual de ensino, ações e serviços de profissionais capazes de identificar indícios de práticas de violência ou de exploração sexual de crianças e de adolescentes, assim como proceder os devidos encaminhamentos de proteção.

Através de uma indicação, encaminhada ao Tribunal de Justiça, solicitamos providências para que seja dada preferência aos casos envolvendo crianças e adolescentes como vítimas, bem como para a contratação de assistentes sociais para todos os Fóruns e implementação, em todas as comarcas, de equipes interprofissionais para atendimento de crianças e adolescentes. Estas iniciativas foram apresentadas por mim e pela promotora Helen Sanchez em Brasília, durante encontro dos integrantes do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Criança e o Adolescente.

**Deputada Simone Schramm (PMDB)**

## Tarifa em debate

O Brasil tem cerca de 38 milhões de clientes da telefonia fixa, número expressivo e que seria maior caso não custasse tanto manter uma linha. São cerca de R\$ 470 por ano somente com a tarifa básica, cobrada mesmo que o telefone não seja utilizado. Antes de ser uma condição para o equilíbrio financeiro das teles, significa um flagrante desrespeito ao consumidor, pois paga por um serviço que não utiliza.

Há 30 anos, quando foi criada, a tarifa justificou-se pela necessidade do país implantar e ampliar o sistema de telefonia. Hoje, segundo o Ministério das Comunicações, as telefônicas faturam R\$ 1,6 bilhão por mês com a assinatura básica - 33% da receita. Se for extinta, estima-se que 11 milhões de linhas fixas ociosas seriam utilizadas, suprimindo parte da queda nos ganhos com o fim da tarifa.

Conforme pesquisa do IBGE, realizada em 2001, no período entre a privatização do sistema, em 1998, e a realização do levantamento, a assinatura básica subiu cerca de 140%. Isso representa quase três vezes mais do que a inflação medida pelo IPCA (48,5%) no período. Até o IGP-DI, índice referência da Anatel para reajustes, foi inferior, 94,1%.

Nesta terça-feira, a Alesc realizou uma au-

diência pública para discutir a questão, com foco sobre o projeto de nossa autoria, que propõe o fim da tarifa básica em Santa Catarina.

O encontro demonstrou a validade da proposta. Entidades comunitárias e de defesa do consumidor dão força à idéia de que é necessário fazer justiça. Além disso, mostra-se imprescindível uma revisão das metas estabelecidas às empresas, em relação ao atendimento dispensado aos clientes e à qualidade dos serviços prestados.

A audiência também informou sobre as mudanças no sistema de telefonia a partir de 2006, com a assinatura dos novos contratos das empresas do setor. Acompanhamos algumas dessas propostas, como o detalhamento - pago - das ligações locais, a medição das chamadas em minutos (ao invés de pulsos, como ocorre hoje) e a devolução em dobro de valores cobrados indevidamente, entre vários outros pontos.

Depois de assinados, os contratos valerão por 20 anos. Positivas ou negativas, as modificações precisam ser conhecidas e discutidas por mais pessoas para que, novamente, não sejam os usuários, principais interessados, os últimos a tomar conhecimento das regras que terão a cumprir.

**Deputado Paulo Eccel (PT)**

## Exposição abordará história e cultura de Florianópolis

Cores puras, fortes e com limites bem definidos são utilizadas pela artista plástica Rosange Sena, que apresenta seus quadros, dos dias 8 a 18 deste mês, na Galeria de Arte Meyer Filho, na Assembleia Legislativa. A exposição, denominada *Identidade*, usa técnica de acrílico sobre tela e aborda temas históricos e culturais de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil.

Com telas alegres e de-

corativas, Rosange procura privilegiar personagens típicos e o patrimônio histórico com diversidades de elementos que se misturam harmoniosamente. A artista leciona Artes na rede pública municipal e particular da capital, onde apresentou seus trabalhos este ano nos espaços culturais de duas livrarias, da Receita Federal e do Tribunal de Justiça. Participou também de exposição coletiva na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). (GMP)

## Agenda

**Dia 16, 8h** - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para discutir o PLC 25/05, que regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior em SC

**Local:** Campus da Unoesc - Joaçaba

**Dia 16, 8h** - Abertura da exposição "Zumbi dos Palmares"

**Local:** Hall da Alesc

**Dia 16, 19h** - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para discutir o PLC 25/05, que regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior em SC

**Local:** Campus da Uninvest - Lages

**Dia 16, 19h30min** - Sessão solene em homenagem a Zumbi dos Palmares

**Local:** Plenário

**Dia 17, 14h** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Seminário sobre o manejo sustentável da araucária e do xaxim

**Local:** Plenário

**Dia 18, 13h30min** - XXII Seminário do Fórum das Águas e Aquífero Guarani

**Local:** Colégio Alinor Vieira Corte - Papanduva

**Dia 18, 14h** - Audiência pública da II Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas contra a violência e a exploração sexual infanto-juvenil

**Local:** Fórum de Itajaí.

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Julio Garcia (PFL)

**1º Vice-Presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)  
(presidente em exercício)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)

**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesec.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Lucia Helena Vieira

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenadora:** Cármen Leite Rovira

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

**Assessores de gabinete:** Acácio Marins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachel, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

**Expedição:** Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

**Estagiários Programa Antonieta de Barros:** Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário



# Assembléia comemora cinquentenário do Tribunal de Contas do Estado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os deputados prestaram homenagem, na noite de quarta-feira (9), aos 50 anos de criação do TCE (Tribunal de Contas do Estado). A sessão solene foi solicitada pela Mesa e pelos líderes de bancada. Vinculado ao Legislativo, o órgão foi criado com o objetivo de verificar a correta aplicação dos recursos públicos e coibir fraudes, desvios, desperdício e atos de corrupção. Conselheiros, ex-conselheiros, funcionários e vários deputados participaram do evento.

A sessão solene foi presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), acompanhado do presidente do TCE, Gilson dos Santos, do diretor-geral da Secretaria de Estado da Fazenda, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, Lindolfo Weber, do ex-governador e ex-conselheiro, Ivo Silveira, do 1º vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), do presidente do Instituto Ruy Barbosa, Salomão Ribas Júnior, do procurador do Ministério Público junto ao TCE, Márcio Rosa, e do procurador Narcizo Geraldino Rodrigues, da Pro-

curadoria Geral do Estado.

Os deputados Celestino Secco (PP), falando em nome da oposição, e Jorginho Mello (PSDB), pelos partidos de situação, relembrou um pouco da história do Tribunal em Santa Catarina. O governador Irineu Bornhausen sancionou lei criando o Tribunal no dia 4 de novembro de 1955. O primeiro presidente foi João Bayer Filho.

Gilson dos Santos, atual presidente do TCE e deputado estadual durante 20 anos, enalteceu a parceria com a Assembléia e anunciou que, futuramente, a intenção é fiscalizar o candidato em sua campanha política.

A atuação conjunta do Legislativo e do Tribunal, conforme enfatizou o Julio Garcia tem sido essencial para a sociedade. "Parecem utópicas as atribuições, posto que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia, mas é ele que nos fiscaliza e os conselheiros, antes mesmo de ocupar o cargo passam pelo crivo da Assembléia".

Uma placa comemorativa foi entregue pelos deputados Antônio



O presidente do TCE, Gilson dos Santos (com a placa) anunciou "fiscalização de candidatos"

Carlos Vieira - Vieirão (PP), Lício Mauro da Silveira (PP), Celestino Secco (PP), Jorginho Mello (PSDB), Francisco Küster (PSDB), Antônio Ceron (PFL) e Genésio Goulart (PMDB) ao presidente do TCE,

Gilson dos Santos, em nome da Assembléia, enquanto o Coral da Alesc cantava a música *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva. (DAB)

# Sessão solene homenageia Igreja Evangélica

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os 54 anos de fundação da IEQ (Igreja do Evangelho Quadrangular) no Brasil e os 49 anos em que está instalada em Santa Catarina foram lembrados na noite de segunda-feira (7), com a realização de sessão solene pela Assembléia Legislativa. O evento foi prestigiado por grande número de evangélicos de todas as regiões do Estado, pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB), pelo vice-presidente do Legislativo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pelos presidentes nacional e estadual do Conselho de Diretores da IEQ, respectivamente, reverendo Mário de Oliveira e deputado Narcizo Parisotto (PTB), que também foi autor do requerimento que ensejou a homenagem, e cerca de 20 prefeitos.

Após a apresentação do hino da IEQ, Parisotto destacou que a unanimidade na decisão dos parlamentares de realizar a solenidade reflete o reconhecimento do trabalho da Igreja Quadrangular em favor da família. Ele recordou o surgimento da IEQ, assinalando que foi uma das pioneiras na evangelização carismática no século 20, e que teve origem, não em divisão de outras igrejas, mas, segundo Parisotto, na "vontade do Espírito Santo".

A IEQ foi fundada pela missionária canadense Aimeé Semple McPherson e chegou ao Brasil em 15 de novembro de 1951, na cidade de São João da

Boa Vista (SP), com o missionário Harold Williams. "No Brasil são em torno de 40 mil portas abertas, entre igrejas e congregações, com aproximadamente cinco milhões de membros no ministério", contou o deputado. Em Santa Catarina a primeira reunião da IEQ foi realizada em 4 de agosto de 1956, em Joinville, pelos pastores Mariano de Castro e Jessé Toledo. No Estado, são mais de 2 mil igrejas e congregações, 200 mil evangélicos no ministério, 2.500 pastores, obreiros, aspirantes e ministros, que segundo salientou Parisotto, dedicam-se às obras sociais, à valorização da família, do ser humano, do trabalho, da solidariedade e da fraternidade.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) classificou o momento como especial, em que se deve registrar o trabalho realizado pela Igreja do Evange-



Parisotto relembrou a história da Igreja, cuja trajetória no Estado começou em 1956



Apresentação de um grupo de dança foi um dos atrativos da noite

lho Quadrangular em prol da população, principalmente na área social, que atende as pessoas menos favorecidas.

O presidente Nacional do Conselho de Diretores da IEQ, reverendo Mário de Oliveira, lembrou do começo tímido e das dificuldades enfrentadas na época, principalmente pela repressão de órgãos como o DOPS, que suspeitava daquele movimento que reunia multidões para ouvir a mensagem de Jesus. "Mesmo assim, persistimos no nosso compromisso e na res-

ponsabilidade de resgate do ser humano em condição de abandono espiritual, física, social e familiar. A nossa missão é valorizar sempre e cada vez mais a pessoa", concluiu. (SD)

## Placas

Trinta e quatro pastores e superintendentes regionais foram homenageados com placa comemorativa aos 49 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular em Santa Catarina. Em nome do Poder Legislativo, o vice-presidente da Casa, Herneus de Nadal, fez a entrega de placa comemorativa ao deputado e presidente estadual da IEQ, Narcizo Parisotto. (SD)



# Seminário sobre licitação movimentou região serrana

(foto Alberto Neves)

A Câmara de Vereadores da cidade de Palmeira foi sede, no último dia 5, da sétima etapa do *I Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal*. Os encontros – divididos em nove etapas – são promovidos pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, pela União dos Vereadores da Região Serrana – Uveres e do Programa Interlegis, do Senado Federal.

O tema discutido foi “Lei nº 8.666/1993 – licitação”, ministrado pelas servidoras da Assembleia Legislativa, Nadiesda Ghizzo Schmidt, Míriam Furtado Krieger e Sinara Valar Dal Grande. As palestrantes falaram das modalidades e dos procedimentos para a realização da licitação, com destaque para o “Pregão”, que pode ser presencial (sessão pública) ou eletrônico (sem a participação física, através da Tecnologia da Informação – Decreto Federal 5.420/2005). “Esta modalidade é uma decorrência

natural e já está sendo usada pela Assembleia Legislativa de SC, proporcionando redução nos gastos em cerca de 20%. As Câmaras precisam familiarizar-se com esta modalidade, que tem como critério de julgamento, sempre o menor preço”, destacou Nadiesda Schmidt.

Participaram da abertura oficial a presidente da Câmara de Palmeira, vereadora Dulcemar Rodolfo da Silva, o prefeito daquele município, Osni Francisco de Souza, a vereadora Terezinha Branco de Moraes, representando a Uveres (União de Vereadores da União Serrana) e Carla Maria E. V. Pedrozo, diretora da Escola do Legislativo.

A vereadora Terezinha Moraes, de Campo Belo do Sul, enfatizou a importância da parceria



Vereadores e servidores dos legislativos têm se atualizado através dos seminários

para a execução dos encontros, pois possibilita a troca de experiências. “Não podemos atuar isoladamente e nada melhor do que trabalhar com nossos vizinhos.” Osni Francisco de Souza, prefeito municipal, disse estar muito sa-

tisfeito com a realização do seminário em Palmeira, principalmente porque acredita que o evento propiciará a melhoria na organização do serviço público em todas as áreas. Dulcemar Rodolfo da Silva, presidente da Câmara anfitriã,

salientou a necessidade de atualização constante dos legisladores.

Entre os participantes estava a técnica em Enfermagem e membro da UBM (União Brasileira da Mulheres), Noêmia Terezinha Mendes, da cidade de Lages. “Já participei de seis etapas desta promoção. Trabalho no setor de saúde e questiono muito a administração pública. Às vezes, penso que sei mais que os próprios vereadores, que deveriam participar com frequência de eventos deste nível.”

O *I Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal* objetiva propiciar a capacitação dos agentes políticos da região e a troca de experiências entre o Poder Legislativo em todos os níveis.

As próximas etapas acontecerão em Correia Pinto (11/11) e em Lages (18/11). As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas. Informações na Escola do Legislativo pelos telefones (048) 3221-2828 ou 3221-2952. (MAG)

## Ator fala sobre o filme *Cidade Baixa* na Assembleia

Tatiana Kinoshita

Um triângulo no qual os personagens procuram, através do amor, dar um rumo às suas vidas é o eixo central da longa metragem *Cidade Baixa*. O ator Lázaro Ramos, que interpreta o personagem Deco, esteve na Assembleia Legislativa, pouco antes da pré-estreia do filme no último dia 27, com apoio do projeto Cinema na Favela.

*Cidade Baixa* conta a história dos amigos Deco (Lázaro Ramos) e Naldinho (Wagner Moura), que ganham a vida fazendo fretes e aplicando golpes a bordo de um barco. Quando conhecem a *stripper* Karinna (Alice Braga), os dois se apaixonam por ela e iniciam uma vida a três. Ciúmes desgastam a relação e os três se separam, mas não conseguem ficar sozinhos por muito tempo. “Todo o filme é muito intenso, as cenas de sexo, a violência, mas nada é gratuito. O público jovem se identifica muito com a história e o filme ganhou o Prêmio da Juventude, no 58º Festival de Cinema de Cannes”, comentou.

Lázaro, que já tem 12 filmes em sua carreira, entre eles *Carandiru* e *Madame Satã*, acredita que o momento atual é especial para o cinema brasileiro. “Os incentivos à cultura devem ser levados muito a sério, pois muitos filmes bons estão sendo feitos”, comentou. Mesmo com as dificuldades de produção e distribuição, Lázaro garante que o cinema brasileiro está produzindo histórias cada vez melhores. “Estamos nos voltando para nossas próprias raízes e o público se identifica cada vez mais com as histórias porque se enxerga nelas. Isso é ótimo, estamos criando uma identidade cinematográfica que agrada, inclusive, ao público do exterior”, finalizou.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Lázaro: “O momento é bom para o cinema”

## Garcia transmite presidência do Legislativo a Herneus

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), transmitiu o cargo ao 1º vice-presidente, deputado Herneus de Nadal (PMDB) em cerimônia realizada na noite do dia 10. O deputado Julio Garcia vai se au-

sentar da Casa pelo período de 10 dias, por motivos pessoais, ocasião em que o deputado Herneus ficará comandando a Casa. No mês de outubro, Herneus já havia assumido o cargo enquanto Garcia governava o Estado. (RV)



(foto Carlos Kilian)

## Congresso reúne taquígrafos

(foto arquivo)

Servidores da Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões da Assembleia Legislativa participaram do II Congresso e VI Encontro da Unataq (União Nacional dos Taquígrafos), nos dias 3, 4 e 5 de novembro, em Salvador/BA, que reuniu mais de 120 profissionais do país.

Um dos momentos mais importantes do evento foi a eleição da nova diretoria da entidade, biênio 2005/2007, para a qual foi reeleita para a presidência Siomara Gonçalves Videira, além de Maria de Fátima da Rocha no cargo de tesoureira, ambas taquígrafas das Comissões do Legislativo catarinense.

Na foto, a mesa de abertura com a participação de Adriana Fonseca, delegada do Brasil na Fiat (Federação Ibero-americana

de Associações de Taquígrafos), do conselheiro Manoel Figueiredo Castro, presidente do Tribunal de Contas da Bahia, Siomara, Sandra Moreno, presidente da As-

sociação de Taquígrafos da Bahia, e Francisco Raposo, presidente da Federação Nacional de Servidores dos Legislativos Estaduais e do Distrito Federal.



Durante o evento, Siomara (ao microfone) foi reeleita para a presidência



# Audiência discute atuação do profissional de optometria

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Graziela May Pereira  
Magda Audrey Pamplona

**A**udiência pública promovida no último dia 26, no Plenário, discutiu o exercício da optometria em Santa Catarina. O óptico optometrista, de acordo com informações do CBOO (Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria), ocupa-se, entre outras coisas, do exame do processo visual em seus aspectos funcionais e comportamentais, determinando e medindo cientificamente os defeitos de refração, acomodação e motilidade dos olhos, prevenindo e corrigindo os transtornos da visão, prescrevendo e adaptando os meios ópticos compensatórios - sejam lentes oftálmicas em geral, lentes de contato em geral, prismas, filtros, telelupas, exercícios. Também reconhece condições patológicas oculares e sistêmicas, encaminhando esses casos aos profissionais de medicina especializada. O encontro foi promovido pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), atendendo requerimento do deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT).

Um dos pontos principais da discussão girou em torno dos profissionais que devem exercê-la, a quem cabe o exercício da optometria deve ser exercida somente por médicos ou pode ser estendida a especialistas. "Um trabalho colaborativo e harmonioso entre os médicos e os especialistas só vai trazer benefícios à população", avaliou Baldissera. Ele argumentou que muitas crianças não têm

acesso a profissionais capazes de identificar deficiência visual e acabam sendo prejudicadas em seu rendimento escolar.

**Cursos** - Existem hoje cinco cursos de nível superior no Brasil que formam optometristas, entre eles o curso da UnC (Universidade do Contestado), em Canoinhas. Patrícia Mara Trebiem, coordenadora do curso de Optometria da UnC, que tem duração de quatro anos e 2.400 horas/aula disse que a profissão tem atuação na área primária da saúde visual. Ela enfatizou que, antigamente, o optometrista era visto apenas como um trocador de lentes, mas hoje esse profissional atua na prevenção e promoção da saúde.

Segundo o reitor da UnC, Gaston Bojarski, a universidade foi a segunda do país a oferecer o curso. O colombiano Elkin Montenegro, professor do curso da UnC, acha que a optometria é "a luz para as pessoas carentes", pois possibilita à população acesso a níveis básicos de saúde.

Ítalo Jefiel Pereira da Silva, representando a Secretaria da Saúde, afirmou que recebem muitas reclamações em relação ao assunto, mas o Estado não tem competência para legislar a respeito.



A nova especialidade é pouco conhecida da população e ainda não está regulamentada como profissão

## Regulamentação

O deputado Dionei Walter da Silva (PT), assim como outros que se manifestaram a favor da optometria, assegurou que a profissão de optometrista consta na Classificação Brasileira de Ocupações. Ele disse que o ideal agora seria a regulamentação da profissão, definindo as áreas de atuação dos oftalmologistas e dos optometristas. No início da audiência, o deputado Pedro Baldissera lembrou que a profissão tem largo histórico legislativo no Brasil, remontando a decretos presidenciais editados em 1932 e 1934. "Para mim, ficou claro que a profissão do optometrista

existe", disse Dionei.

Após o debate, os deputados da Comissão de Saúde decidiram enviar uma moção ao Congresso Nacional solicitando a regulamentação da profissão, além um pedido de informação à Secretaria da Saúde para questionar o porquê de não ser fornecido o alvará de funcionamento e outro à Secretaria da Educação, sobre a legalidade do curso de optometria da UnC.

Participaram da audiência os deputados Sérgio Godinho (PSB), Manoel Mota (PMDB), Onofre Agostini (PFL), e o promotor de Justiça Ricardo Francisco da Silveira.

## Médicos e especialistas divergem



Flávio, do CFM: "Lei é clara"

O advogado do CFM (Conselho Federal de Medicina) e do CBO (Conselho Brasileiro de Oftalmologia), Flávio de Castro Winkler, garantiu que um optometrista não pode consultar e nem prescrever receitas de lentes de contato e que doenças como miopia e astigmatismo são doenças oculares. Disse ainda que, conforme o Decreto 20.931/32, que regula o exercício da oftalmologia, esses profissionais não poderão ter consultórios para atendimento a pacientes. "A prescrição de lentes de grau é uma tarefa exclusivamente médica, e que a venda dessas lentes pertence às ópticas, privativamente", afirmou.

Segundo Ricardo Turbiani Bretas, presidente de honra da CBOO, o optometrista não faz consulta, só avalia e que o Conselho Mundial de Optometria conseguiu com a OMS (Organização Mundial de Saúde) que a atividade fosse reconhecida como ciência necessária de avaliação. Em coro com o optometrista, o assessor jurídico Torbi Abich Rech afirmou que a discussão demasiada sobre o assunto está causando prejuízos à sociedade. "É sensato e coerente que tenha um profissional como o optometrista que cuide da população numa avaliação primária", disse. Artur Keunecke, representante do Sindicato das Ópticas de Santa Catarina, reclamou que a Vigilância Sanitária do Estado não está concedendo alvará às ópticas para que elas possam fazer a adaptação de lentes de contato - quando o cliente chega com uma receita de óculos e quer adaptá-la para uma lente de contato.



Ricardo: "Nós só avaliamos"

## Odete relata encontro em Criciúma

A deputada Odete de Jesus, líder do PL, participou no dia 31 de outubro, em Criciúma, na II Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas. A parlamentar esteve no encontro como representante da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher.

Segundo a parlamentar, os compromissos assumidos na I Jornada e o seu cumprimento serviram de tema para uma reunião na prefeitura de Criciúma. Várias metas já foram alcançadas, como a melhoria dos ser-



Deputada representou a Assembleia

viços oferecidos pela central telefônica, implantação do sistema de 0800 nos Conselhos Tutelares para reclamações e denúncias referentes à violação dos direitos da criança e a capacitação dos conselheiros para palestras e cursos.

Odete solicitou aos deputados que auxiliem na fiscalização do cumprimento da Lei nº

13.303/05 de sua autoria, que autoriza as secretarias de Educação a afixarem nas salas de aula o número do Disque Denúncia para casos de abuso e violência contra a criança e o adolescente. (SCT)



# Projeto que acaba com a tarifa básica na telefonia volta ao debate

(foto Janas Lemos Campos)

Uma audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, realizada no Plenário Osni Régis, na terça-feira (8), reuniu representantes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), associações de moradores e de defesa do consumidor, além de parlamentares para discutir a tarifa básica da telefonia fixa. O debate, solicitado pelo deputado Vanio dos Santos (PT) e coordenado pelo presidente da CCJ, deputado Jorginho Mello (PSDB), baseou-se no Projeto de Lei nº 101/05, do deputado Paulo Eccel (PT), que veda a cobrança da tarifa básica de telefonia. A matéria, que volta à discussão no Parlamento, foi vetada anteriormente pelo Executivo. A audiência ocorreu por sugestão da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa.

Estiveram presentes os deputados Sérgio Godinho (PSB), Celestino Secco (PP), Joares Ponticelli (PP), João Henrique Blasi (PMDB) e Dionei Walter da Silva (PT).

Eccel salientou que a cobrança da tarifa atinge toda a população, independente da classe social. Para ele, além da extinção da cobrança da mensalidade, é

preciso discutir as novas regras que serão implantadas no sistema a partir de janeiro do próximo ano. "Há cidades que não têm acesso à telefonia fixa e móvel. É lamentável que a Anatel seja advogada de defesa das operadoras", frisou.

A Famesc (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina) manifestou total apoio ao projeto em discussão. Allan Rodrigo de Alcântara, representante da entidade, declarou que é preciso construir um novo projeto de telefonia, que permita ampliar o acesso dos consumidores ao serviço.

O gerente estadual do Procon, Azize Dibo Neto, também manifestou-se contrário à tarifa pois a considera injusta. "O justo deveria ser maior que o legal. Queremos uma política pública de fortalecimento dos órgãos de proteção e defesa do consumidor - no Estado e nos municípios -", reivindicou Neto.

Depois de ouvir o gerente Operacional da Anatel em Santa Catarina, Estevão



A competência ou não do Estado para legislar sobre o assunto é um dos pontos polêmicos

Habold, que declarou ser da União a competência para legislar sobre esse serviço, o deputado Vanio disse que as regras da relação entre o Estado e os consumidores são mutáveis. "É preciso prevalecer a vontade popular e não a defesa da lei. A Cons-

tituição Federal estabelece que o limite de juros anuais no país é de 12%, mas isso nunca foi regulamentado por imposição dos banqueiros", criticou Vanio, que recebeu apoio do seu colega de bancada, deputado Dionei. (RMPP)

## Setor florestal discute soluções para superar crise

(foto Salom Soares)

Um documento denominado *Carta de Santa Catarina*, que será encaminhado aos governos federal e estadual, foi elaborado durante audiência pública na quarta-feira (9), promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB), que reuniu empresários e sindicalistas do setor florestal catarinense, prefeitos, vereadores e representantes da secretaria estadual da Fazenda no auditório do Tribunal de Contas do Estado.

A Carta faz uma série de reivindicações do setor para superar a crise e viabilizar os segmentos madeireiro e de reflorestamento. Segundo os participantes, um dos principais motivos da crise é a atual conjuntura econômica do país.

Dados apresentados durante o encontro revelam que o setor florestal é o segundo segmento produtivo mais importante em Santa Catarina. São 82 mil trabalhadores nessa atividade, com envolvimento direto no plantio de 50 mil hectares/ano de florestas e produção de 42% dos móveis que abastecem o mercado interno. "Estamos no buraco negro e precisamos de saídas institucionais para superá-la", declarou o Consultor Florestal da Fiesc, Ulisses de Andrade.

**Pacto** - Para Carlos Ivanov Cristo, vice-presidente da Fiesc de Lages, é preciso promover um pacto federativo em Santa Catarina, trazendo para a competência do Estado a gestão dos recursos



Documento elaborado por empresários e deputados foi encaminhado para Brasília

florestais. "Temos 530 mil hectares de florestas plantadas, mas nossa necessidade atual é de 1 milhão", frisou Ivanov, que defendeu o reaparelhamento da Fatma como órgão fiscalizador.

Segundo o prefeito de São Bento do Sul, Fernando Malon (PMDB), que administra o maior município produtor e exportador de móveis de Santa Catarina, a baixa cotação do dólar é um dos agravantes dos problemas enfrentados pelos reflorestadores e moveleiros. "O governo federal tem que rever a política cambial e também dar o re-

torno do ICMS devido às empresas exportadoras, mas infelizmente isso não acontece no montante que deveria, através do repasse ao Estado", salientou Malon.

O diretor de Administração Tributária da secretaria da Fazenda, Renato Hinning disse que a dificuldade na transferência de crédito ocorre por falta de sensibilidade do governo federal. "É dele a responsabilidade na política de exportação. Precisamos buscar alternativas diferenciadas para resolver ou amenizar essa crise", finalizou. (RMPP)

### Em Plenário

O deputado Francisco Küster (PSDB) comentou na tarde do dia 9 a crise no setor florestal no Estado. Ele citou a questão do câmbio, o custo da matéria-prima e o aumento da carga tributária como algumas das causas para a crise do setor. Segundo ele, esses "ingredientes" vêm causando o fechamento de empresas.

Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) elogiou o trabalho dos deputados federais e senadores catarinenses. "Eles estão cobrando do ministro do Planejamento uma ação, porque senão o setor madeireiro do Estado vai falir", disse.

O deputado Antônio Ceron, líder do PFL, cumprimentou os parlamentares pelo pronunciamento. "Vamos nos irmanar em relação ao assunto e esperar que o governo do Estado se sensibilize com a questão, bem como o governo federal. Só na minha cidade, mais de 1.600 pessoas foram demitidas nas indústrias formais, imagine só naquelas indústrias de fundo de quintal", afirmou Ceron. (MAP/GMP)



# Deputados aprovam relatório do Orçamento 2006 e convocam secretário

Scheila Dziedzic

Foi aprovado na manhã de quarta-feira (9), na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), o relatório preliminar ao Orçamento de 2006. O relator da matéria, deputado Dionei Walter da Silva (PT), apontou diversos questionamentos ao Executivo em relação ao projeto encaminhado à Assembléia Legislativa no dia 4 de outubro. Em requerimento por ele encaminhado e aprovado por unanimidade ficou definida a convocação do secretário do Planejamento, Orçamento e Gestão, Armando Hess de Souza, para o dia 16, para prestar alguns esclarecimentos.

Entre as respostas buscadas por Dionei está o porquê da estimativa de receita para 2006 estabelece valor nominal menor que os previstos nos orçamentos de 2002 a 2005. Em relação a 2005, quando o valor previsto era de R\$ 9,71 bilhões, apresentou-se uma redução de 5,57%, sendo que a estimativa para o próximo exercício é de R\$ 8,67 bilhões. De acordo com Dionei, isso decorre do fato do Executivo ter subtraído da receita o valor correspondente às transferências constitucionais dos municípios, o equivalente a R\$ 1,9 bilhão. "Este é um procedimento para o qual não encontramos explicação e que o governo não utilizou na elaboração do orçamento de 2005", diz o relator.

As aplicações constitucionais de 12% da receita em saúde e 25% em educação também têm pontos a serem esclarecidos. O percentual aplicado na saúde foi de 11,89%, deixando de ser destinados ao setor cerca de R\$ 6,6 milhões. Já na educação, as divergências encontradas entre a estimativa de apli-



Dionei (primeiro à esquerda) propôs chamar Hess para esclarecer diversos pontos da proposta

cação do governo e o levantamento do relator é de R\$ 13,8 milhões, equivalente ao percentual de 24,76%.

**Redução** - Dionei também quer saber quais foram os motivos para a redução de 17% na previsão de gastos com despesa de pessoal e encargos sociais, estimado em R\$ 2,59 bilhões para 2006 em comparação ao Orçamento deste ano, assim como a redução de 14% do pagamento de juros e encargos da dívida. Ele solicita ainda que o Executivo apresente os demonstrativos financeiros sobre a forma como estão sendo compensados os benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Social (Fundo Social).

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) chamou a atenção para a inexistência de qualquer referência no projeto para 2006 sobre como está a exe-

cução do Orçamento deste ano. De acordo com ele, a confecção da peça orçamentária com índices reais é baseada nos demonstrativos de receita e despesas referentes ao primeiro semestre do ano em execução. "É uma maneira de que não seja forjado excesso de arrecadação, permitindo que o Executivo proceda a suplementações orçamentárias sem a necessidade de passar pelo crivo da Assembléia", explicou.

Outro aspecto abordado por Vieirão está relacionado à previsão de gastos com pessoal em 2006, menor que neste ano. "Essa rubrica já teve que ser suplementada em 2005. E se estes valores forem reais significa que o Estado não pretende dar nenhum reajuste ao servidor ou até mesmo implica em risco de não haver recursos para o pagamento de salários", diz Vieirão.

## Orçamento Regionalizado

No parecer preliminar, o relator Dionei Walter da Silva estabelece critérios para a apresentação das emendas parlamentares. Serão priorizadas as emendas do Orçamento Regionalizado que não foram incluídas no projeto original encaminhado pelo Executivo. Das 90 emendas que resultaram das audiências regionais, o Estado deixou de fora 24. Outras 28 prioridades da população foram incluídas na proposta com previsão orçamentária de mil reais para cada.

"São emendas elencadas com valores simbólicos, insuficientes para atender a efetiva execução dessas prioridades, pois a maioria exige aportes elevados. Isso demonstra claramente que o governo não tem a intenção de executá-las", comenta Dionei.

O cronograma de tramitação desta matéria prevê prazo para a apresentação das emendas parlamentares, que neste ano serão feitas via sistema eletrônico, de 14 a 28 de novembro. No dia 7 de dezembro deverá ser apresentado o parecer definitivo. O orçamento estará apto para discussão e votação em turno único em prazo máximo de seis sessões, a partir do dia 13 de dezembro. Após passar em Plenário, retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da redação final e subsequente sanção e publicação pelo governador. (SD)

## Projeto que destina recursos às APAEs é aprovado na Comissão de Finanças

O projeto de lei que prevê a destinação de 1% dos recursos arrecadados pelo Fundo Social para as 185 unidades da APAE no Estado - onde são atendidas 15 mil pessoas portadoras de deficiências - foi aprovado por unanimidade na manhã de quarta-feira (11), na Comissão de Finanças e Tributação. Em seu parecer, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que preside a Comissão, havia acatado duas emendas, uma de sua autoria e que foi retirada, e outra que foi rejeitada, diante do apelo encabeçado pelo deputado Gelson Merísio (PFL) e reforçado por Francisco Küster (PSDB), Antônio Ceron (PFL) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP).

Os parlamentares argumentaram que como a matéria havia sido discutida com o Executivo e a intenção é que seja antes do final do ano, o ideal é que seja manti-

do o conteúdo original encaminhado pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), quando assumiu interinamente o governo do Estado.

Vieirão disse que, apesar da sua posição contrária ao Fundo Social devido a suas "várias inconsistências", a iniciativa de Garcia pelo menos vai ao encontro de atividades nas quais deveriam ser aplicados os recursos. "Este projeto atende a área social, por isso sou favorável", comentou. O deputado Dionei Walter da Silva (PT) reafirmou que considera a proposta de alto caráter social. No entanto, criticou o Fundo Social por ser dirigido pelo governo do Estado sem uma participação efetiva das entidades ou representantes da área social. "O Conselho Deliberativo do Fundo Social é formado apenas por secretários que estão sob a caneta do governador", afirmou Dionei. (SD)



Representantes das APAEs de todo o Estado lotaram as galerias no dia da entrega do projeto



# Secretário vai apurar com deputados denúncias na extensão do ensino médio

(foto Alberto Neves)

A denúncia de práticas político-partidárias na estruturação da extensão do ensino médio no município de Laguna motivou a convocação do secretário de Educação, Ciência e Tecnologia, Diomário Queiróz, pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). A solicitação partiu do deputado Paulo Eccel (PT) depois de receber documentos de professores, pais e estudantes da Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, comprovando a falta de estrutura após o reordenamento em 2000, combinada com a baixa qualidade de ensino nas extensões criadas na Escola Palmira de Miranda, no Km 37, e a Escola da Pescaria Brava. Queiróz esteve na Comissão na manhã do dia 9 e se dispôs a ir com os parlamentares até Laguna para verificar as denúncias *in loco*.

A representante da Escola de Ensino Médio Almirante Lamego, de Laguna, professora Pedra Aparecida de Souza, entregou documento aos deputados contando a história da instituição e trazendo considerações traçadas pelos professores, Associação de Pais e Professores, pais e comunidade escolar sobre a questão das extensões no município. Após o reordenamento, de acordo com a professora, a situação se tornou preocupante com a criação

de duas extensões em localidades do interior sem a devida discussão com a comunidade. No início concentrou-se na escola pessoal habilitado. "Mas agora estão fazendo exatamente o contrário", assinalou. Com a ausência do transporte escolar, continuou, muitos alunos estão desistindo de estudar por falta de condições. "Muitos estudantes, mesmo com dificuldades, se deslocam até a escola pólo, mas os que não possuem recursos ficam sem escolha e acabam se somando aos índices de evasão. O acesso a um ensino de qualidade é direito de todos", argumentou.

Os deputados Eccel e Ana Paula Lima (PT) defenderam as manifestações da comunidade lagunense e pediram a atenção do secretário em relação a essa situação que estaria se repetindo em outros municípios. "Nas extensões não há professores habilitados e equipamentos", comentou Ana Paula. A deputada Odete de Jesus (PL) disse que se a questão fosse somente o transporte escolar o encaminhamento deveria ser dado pelo município, pois os vereadores aprovaram o passe livre, que ainda não foi consolidado. "Até porque o vice-prefeito é o dono de uma das maiores empresas de transporte coletivo de Laguna", observou.

O deputado Joares Pon-



Representantes da comunidade escolar de Laguna relataram as irregularidades aos deputados e ao secretário

ticelli (PP) classificou de "politicagem" os acontecimentos relatados pela comunidade escolar. "O termo exato é politicagem mesmo. Se quiserem, trago até a foto de outdoor de deputado dizendo que recuperou escola. Isso é crime eleitoral", acusou. Para ele, a distribuição do ensino médio foi feita de como uma "caça desesperada" em busca do voto. "Sem falar do uso de criancinhas para fazer lavagem cerebral sobre concursos nas escolas. Faço um apelo ao senhor secretário. Coíba essa politicagem que está havendo na educação catarinense", finalizou Ponticelli. (CA)

## Avaliação

O secretário Diomário Queiróz considerou o caso da Escola Almirante Lamego "apenas a ponta do iceberg" que coloca em evidência os problemas que envolvem o ensino médio e o ensino profissionalizante em todo o Brasil e em Santa Catarina. Ele informou que apenas 60% dos jovens com idade de frequentar o ensino médio estão nas escolas e a situação do ensino profissionalizante é mais desoladora. "Estamos diante de um desafio extraordinário para resolver a questão", assinalou. A expectativa de solucionar estes problemas, conforme Diomário é a aprovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), concebido, segundo o secretário, para produzir os recursos que viabilizarão a educação de ensino médio e profissional de nosso país. (CA)

# Fundo Social provoca novo embate

Parlamentares do PP e PT voltaram a questionar a forma como o governo estadual estaria distribuindo os recursos do Fundo Social, originados em boa parte pela renúncia fiscal, e cogitam inclusive a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O líder do PT, deputado Paulo Eccel, que participou de um programa de entrevistas sobre o assunto em uma emissora de tevê, anunciou a mobilização da oposição para criar uma CPI na sessão plenária do dia 9.

Durante o programa, do qual participaram também os deputados Manoel Mota (PMDB) e Joares Ponticelli (PP), o gestor do Fundo Social, Cleverson Siewert, afirmou - de acordo com Eccel -, que nem todos os recursos são distribuídos conforme as deliberações das reuniões realizadas nos Conselhos de Desenvolvimento Regional. "Além disso, está confirmada a nossa suspeita de que existem três metros de convênio para 30 centímetros de recursos. Isso prova que essa história de descentralização é balela e que o dinheiro

do Fundo Social é distribuído conforme convém ao governo", concluiu o petista.

Em aparte, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) comentou que isso já havia sido previsto pela bancada petista ainda na discussão do projeto e implantar a CPI é necessário para que o Parlamento e a população "saibam como e onde realmente estão sendo aplicados os recursos do Fundo Social".

**Distribuição** - Na tarde do dia anterior, o deputado Ponticelli havia questionado a metodologia de distribuição dos recursos, desta vez utilizando material publicado pela imprensa. Ele mostrou o exemplar do jornal *Gazeta de Joinville*, edição de 27 a 31 de outubro, com a seguinte manchete: "Enquanto Centrinho de Saúde recebeu apenas R\$ 2 mil de verba, governo doou R\$ 15 mil para a Associação Catarinense de Autorama".

Ele também citou a matéria da edição 51 do mesmo jornal, que traz a reportagem "Polêmica do Fundo Social faz médicos de-

volverem R\$ 100 mil". "A Sociedade Joinvilense de Medicina, que havia recebido R\$ 100 mil para promover um congresso, decidiu que devolverá o valor ao governo por suspeitar que houve captação indevida. Não sou eu afirmando", ressaltou Ponticelli. (TK/TM)

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) disse que a administração estadual está fazendo "propaganda enganosa" sobre o Fundo. Em material contendo relação de obras realizadas com dinheiro do Fundo Social, divulgado pelo governo na mídia, segundo Vieirão, são citadas construções de unidades escolares. No documento encaminhado à Assembleia Legislativa, em resposta a questionamentos feitos pelo progressista, o governo afirma que não existem em seus sistemas registros de convênio ou contrato com unidades escolares beneficiadas com os recursos do Fundo Social. "Não façam propaganda enganosa, e pior, não me mandem conferir, porque sou especulador e procuro a verdade", assegurou Vieirão. (TM)

## Mota rebate acusações

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, contestou as acusações feitas pelo deputado Joares Ponticelli (PP). "Se o deputado Joares Ponticelli usou as subvenções sociais como arma eleitoreira, este não é o caso do Fundo Social", disparou. Segundo Mota, quando o ex-governador Esperidião Amin estava no poder, e Ponticelli era líder do Governo, "era muito comum" se ver matérias nos jornais da região de Tubarão com informações sobre uso "eleitoreiro" de subvenções sociais. "Agora ele vem com este discurso, como se esta prática tivesse sido inventada por nós, neste governo", finalizou.



# Projeto autoriza Celesc a vender ativos de geração

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

**O**s parlamentares aprovaram na sessão do dia 9, por 23 votos a 12, o substitutivo global, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Projeto de Lei nº 242/05, que trata da desverticalização da Celesc, permitindo a venda de ativos da área de geração da empresa. As bancadas do PP e do PT votaram contra, enquanto o líder do P-SOL, deputado Afrânio Bopp, se negou a votar a matéria justificando que não queria legitimar o aparato de segurança montado na Casa. Na tarde do dia anterior (8), empregados da Celesc invadiram o Plenário, impedindo a apreciação do projeto.

A proposição tem o obje-

tivo de adequar a estatal de energia elétrica às exigências da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em cumprimento ao Artigo 20 da Lei Federal nº 10.840/04, que prevê a constituição de duas empresas subsidiárias integrais para o desenvolvimento das atividades de geração e distribuição de energia.

Os deputados da oposição insistiram na tese de que a população será penalizada, enfatizando que a proposta se caracteriza como o início do processo de privatização da empresa.

O líder do governo e relator do projeto, deputado João Henrique Blasi (PMDB), declarou que emendas por ele

acatadas dão garantia de emprego aos servidores da Celesc. Ele afirmou também que a venda dos ativos de geração de energia serão aplicados na própria empresa e que o controle acionário ficará com a estatal. Segundo Blasi, o prazo de junho de 2006, definido pela Aneel, é para que o processo de divisão entre as áreas esteja consumado. Blasi disse ainda que esta não é a melhor saída, mas é a "forma menos pior", uma vez que o projeto de desverticalização da forma inicialmente concebida teria repercussão fiscal, contábil e financeira negativa sobre a empresa. A alienação de ativos foi a saída encontrada para eliminar os prejuízos de acordo com o líder do governo.



Debates sobre a matéria se estenderam por toda a tarde do dia 9

## Aprovados

### Veto

O Parlamento manteve o veto total ao Projeto de Lei nº 103/05, de autoria do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que dispõe sobre a concessão e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS para estabelecimentos que desenvolvam a atividade econômica de importação, distribuição e de TRR (Transportador Revendedor Retalhista) de combustível automotivo derivado ou não de petróleo.

Segundo parecer técnico, o projeto é inconstitucional, pois a legislação tributária vigente já define as regras ge-

rais para a concessão, suspensão e o cancelamento no cadastro de contribuintes do ICMS, sendo aplicáveis a todos os contribuintes catarinenses, sem qualquer distinção. Além disso, é matéria de competência do Poder Executivo, conforme justificativa enviada pelo governo.

A proposição também desrespeita, segundo alegação do Executivo, o princípio constitucional da isonomia tributária que veda expressamente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituírem tratamento desigual para contribuintes que se encontrem em situações equivalentes. (DAB)

### Admissões temporárias

O Projeto de Lei Complementar nº 36/05, de origem do Executivo, que autoriza o governador a prorrogar até 31 de dezembro deste ano as admissões em caráter temporário, no âmbito da APSFS (Administração do Porto de São Francisco do Sul), foi aprovado no dia 9 em Plenário. O processo para a realização de concurso público para corrigir a situação não foi concluído e a autorização para as contratações ha-

via encerrado em julho.

O processo iniciou-se recentemente e vai prover os cargos hoje ocupados temporariamente, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, pactuado com o Ministério Público. Até o final do prazo dado pelo projeto para as admissões temporárias, os aprovados em concurso já deverão estar nomeados e de posse dos cargos. (GMP)

### Dedicação exclusiva

O Projeto de Lei Complementar nº 34/05, de iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, foi aprovado na tarde de quarta-feira (9). A proposta prevê a correção da Lei Complementar nº 289, de 20 de março de 2005, concedendo a gratificação de Dedicção Exclusiva apenas aos diretores de escola que atuam em três turnos. A redação inicial do projeto contemplava, equivocadamente, também os

dirigentes que atuam em dois turnos.

A matéria disponibilizará mais um servidor para exercer a função gratificada de "assessor de diretor", em escolas da rede pública estadual que contam com mais de 1.200 alunos. Segundo a Secretaria, o benefício atingirá 48 estabelecimentos de ensino com uma repercussão financeira mensal de R\$ 25 mil, além de beneficiar 15 dirigentes de Centros de Educação Profissional como forma de estabelecer uma paridade com os demais dirigentes educacionais. (DAB)

## Deputados querem assegurar recursos para aeroporto

A ACIL (Associação Comercial e Industrial de Lages) encaminhou carta ao deputado Onofre Agostini (PFL) solicitando "pronto empenho" para que possam reivindicar aos órgãos federais a continuidade das obras do Aeroporto Regional de Correia Pinto. "Nesta semana fomos surpreendidos com a notícia da possível paralisação da obra



Onofre transmitiu apelo dos empresários

por falta de repasse de recursos provenientes do Governo Federal", diz trecho da carta, que é assinada pelos presidentes da ACIL, Antônio Carlos Floriani, da Amures (Associação dos Municípios da Região Serrana), Newton Stelio Fontanella, da Aciacop (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Correia Pinto), Elaice Colla Dalmina, da Uveres (União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana de Santa Catarina), Sidinei Marcon, prefeitos de Lages, Raimundo Colombo (PFL), de Correia Pinto, Cláudio Roberto Ziliotto (PPS), de Ponte Alta, Luiz Paulo Farias (PT) e pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Elizeu Mattos.

Agostini leu a carta em Plenário na tarde de terça-feira (8). O documento destaca que o aeroporto regional é uma aspiração da sociedade da

região e que já está em fase de acabamento, faltando a cobertura asfáltica, o hangar e o terminal de passageiros. Conforme o documento da ACIL, o governo do Estado tem feito a sua parte, repassando todo o recurso destinado como contrapartida às verbas do governo federal, antes ainda que este tenha liberado toda a sua parte. Mas, prossegue a carta, ain-

da há muito há para ser feito para conseguir a liberação das verbas federais "Solicitamos a adesão de todos à mobilização com todos os órgãos representativos da serra catarinense no sentido de reverter esta situação, por ser uma obra vital para o desenvolvimento da nossa região", diz outro trecho do documento.

De acordo com o deputado Antônio Ceron (PFL), o governo deve cerca de R\$ 2 milhões para a construtora. Ele negou que existam irregularidades confor-

me teria sidio constatado pelo TCU (Tribunal de Contas da União). "O que existe é a falta de recursos", afirmou Ceron. No entanto, segundo o deputado Sergio Godinho (PSB), a informação é procedente, mas o problema estaria sendo resolvido, de acordo com o deputado federal Fernando Coruja (PPS/SC). (DAB/MAP)



Ceron: "Não há irregularidades"



## Garcia propõe redução de ICMS sobre o feijão

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou indicação, de autoria do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), solicitando ao governo estadual "medidas urgentes" que permitam a redução da alíquota do ICMS que incide sobre o feijão nas operações internas e externas. O pleito do parlamentar foi encaminhado ao secretário da Fazenda, Max Roberto Bornholdt.

De acordo com Garcia, o governo do Estado do Paraná já reduziu o ICMS de 12% para 1% para as vendas interestaduais, e de 7% para 1% nas vendas internas do feijão. Isso ocasionou desigual concorrência do produto catarinense no



Garcia alertou para falência de produtores

âmbito interno e nacional. Além disso, a comercialização do feijão produzido no Estado tem lucratividade abaixo de 3%

nas operações internas e externas, inviabilizando qualquer tentativa de revitalização do mercado através de alteração dessa margem de lucro.

A redução da alíquota do ICMS, argumenta o parlamentar, tornará o produto novamente competitivo, incrementando a economia do Estado e beneficiando também o consumidor final. "Se não forem tomadas medidas urgentes, as empresas catarinenses do ramo podem

ir à falência, em função da enorme diferença tributária entre os dois Estados", concluiu o parlamentar. (Liderança do PFL)

## Projeto deve coibir comércio de peças automotivas roubadas

Preocupado com o crescente número de carros roubados, que acabam tendo suas peças vendidas em desmanches em todo o Estado, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) apresentou projeto de lei que altera o Artigo 4º da Lei nº 12.919/04. A proposta determina que somente poderão ser destinadas à comercialização em estabelecimentos de desmonte de peças os acessórios de veículos que tenham recebido baixa no registro do Detran.

Segundo o parlamentar, os artigos 126 e 127 do Código Nacional de Trânsito e a Resolução nº 11, de 23 de janeiro de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito, estabe-

lecem que o proprietário de veículo irre recuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa no registro, no prazo e forma estabelecido pelo Contran. Prevê ainda que o órgão executivo de trânsito competente só efetuará a baixa do registro após consulta ao cadastro do Renavan.

Para Gonçalves, a proposta busca adaptar a lei estadual às normas federais que estabelecem parâmetros para a regularização, junto aos órgãos específicos, dos automóveis retirados de circulação. "É um absurdo o número de lojas que vendem descaradamente peças de carros roubados e pre-



Gonçalves: "A venda é descarada"

cisamos fazer algo para acabar com isso", argumentou. (TK)

## Baldissera aponta problemas na produção de leite



Petista quer adiamento da norma

Em discurso da tribuna, o deputado Pedro Baldissera (PT) destacou a produção do leite como sendo uma das mais importantes para o desenvolvimento do Estado, alertando para as consequências da implementação de uma instrução normativa federal sobre o setor.

A IN (Instrução Normativa) 51, publicada em 18 de setembro de 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, que prevê a "modernização" do sistema de produção leiteira no Brasil, tem gerado "intranquilidade" na agricultura familiar

catarinense. Isso se deve às ações que os agricultores terão que definir para estar em conformidade com a IN 51, entre elas a boa alimentação e sanidade do rebanho e várias outras relacionadas à higiene dos equipamentos e dos animais.

Na avaliação do deputado, a implementação imediata desta normativa tende a promover a exclusão de pequenos produtores de leite. Baldissera lembrou uma moção, aprovada pela Casa, para a realização de um censo agropecuário no próximo ano. (SCT)

## Godinho defende volta de aposentados ao trabalho

O deputado Sérgio Godinho (PSB) apresentou indicação de projeto ao Executivo para que permita o retorno às atividades de profissionais do serviço público estadual que já se aposentaram.

Segundo Godinho, o estatuto do servidor, através da Lei nº 6.745, disciplina o Instituto da Reversão à Carreira no Serviço Público Estadual, mas os pedidos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado são negados. A alegação é de que esse retorno só pode ocorrer através de concurso público. Segundo o parlamentar, o instituto da Reversão ao Serviço Público está regulamentado em âmbito federal através da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4



Godinho afirma que lei permite

de setembro de 2001. "Em Santa Catarina, principalmente na área da segurança pública, muitos poderiam contribuir com a experiência, como por exemplo nas 20 comarcas do Estado que estão sem delegados", argumentou o líder do PSB. (RMPP)

## Vieirão fala sobre suspensão de contrato

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) informou da tribuna que a 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis suspendeu contrato assinado em maio entre o Estado de Santa Catarina e a Donner & Prosper, e que teria um custo de R\$ 1,8 milhão. A decisão foi consequência de ação impetrada pelo PP, assinalou.

Para Vieirão, houve irregularidades no mecanismo utilizado para a escolha das propostas. Segundo ele, a contratação da empresa estaria atrelada ao interesse da Secretaria da Fazenda em obter ajuda de consultores técnicos para debater os gastos e supostos custos. "O problema é que a Fazenda já havia feito o levantamento de valores entre três consultorias, coincidentemente de Joinville, comunicando a realização do pregão eletrônico oito dias antes da tomada de valores, impedindo assim a divulgação de propostas de outras empresas interessadas", destacou.

CPI - O progressista também questionou sobre a continuidade ou não da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Bolshoi, a qual integra. "Não fui destituído, ninguém mais fala sobre o assunto, não se reúnem. Temos que dar exemplo de uma boa conduta e definir o que será feito, nem que



Deputado anunciou decisão da Justiça

seja para dar fim à CPI", cobrou.

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) informou ao parlamentar que recebeu, no dia 25 de outubro, o parecer da Procuradoria Jurídica da Assembleia sobre as dúvidas suscitadas a respeito da continuidade ou não dos trabalhos da Comissão e que esse parecer foi encaminhado ao presidente da Comissão, deputado Gelson Merísio (PFL).

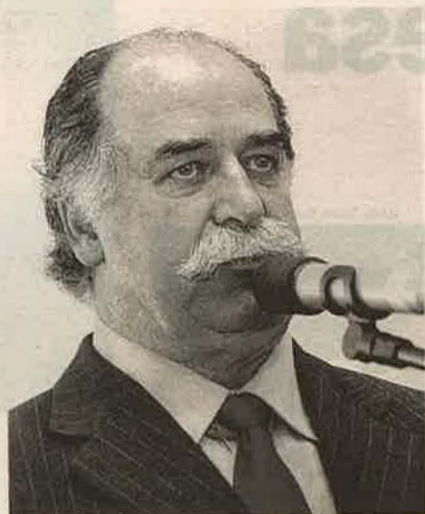
A CPI do Bolshoi foi instalada no dia 15 de março deste ano e tem como relator o deputado Francisco Küster (PSDB), sendo integrado ainda pelos deputados Dionei Walter da Silva e Paulo Eccel, ambos do PT, João Henrique Blasi (PMDB) e Sérgio Godinho (PSB). (SD)



## Titon destaca os benefícios da Usina de Campos Novos

O acionamento da primeira das três turbinas da usina hidrelétrica de Campos Novos, marcada para fevereiro de 2006, foi comemorado pelo deputado Romildo Titon (PMDB) na sessão plenária de terça-feira (8). As outras duas unidades geradoras deverão entrar em operação nos meses de maio e agosto, respectivamente. A usina vai contar com uma capacidade instalada de 880 megawatts e energia assegurada de 377 megawatts. Após sua conclusão, responderá por aproximadamente 25% do consumo no Estado.

"A hidrelétrica de Campos Novos é o maior empreendimento em construção de Santa



Titon: "Obras geraram 3.500 empregos"

Catarina, com investimentos de R\$ 1,5 bilhão. Com 202 metros de altura, é considerada a usi-

na que possui a mais alta barragem do tipo enrocamento (rocha) com face de concreto em construção no mundo", informou.

O canteiro de obras da usina está localizado no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, distante 390 quilômetros de Florianópolis. Seu reservatório terá 34,6 quilômetros quadrados de área, sendo 25,9 de reservatório propriamente dito e 8,7 de calha do rio. "Além de ser uma grande obra, a hidrelétrica gerou cerca de 3.500 empregos diretos", comemorou o peemedebista. (TM)

## Dionei comenta eleições diretas nas escolas

A realização de eleições diretas para escolha de diretores das escolas da rede pública estadual e a aprovação de um Plano para a Educação foram apontadas pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) como lutas antigas do magistério catarinense durante discurso da tribuna. As eleições diretas, conforme o parlamentar, poderiam acabar com a partidarização da educação. Para Dionei, os diretores estão sendo transformados em cabos eleitorais.

O parlamentar afirmou que foi até proibido de entrar em uma escola pública por ser do PT. "Só consegui entrar porque nunca aceitei essa atitude. Entretanto, só conseguia entrar com alguém me acompanhando. As chamadas visitas acompanhadas", contou.

Em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) confirmou a existência da prática. "Não consigo entrar nem na escola em que sou funcionário efetivo, em Tu-



Dionei: "Fui impedido de entrar"

barão. Os alunos também estão impossibilitados de me convidar para palestras ou para ser patrono em formaturas", disse o progressista. Ponticelli acrescentou que os diretores deviam passar por um curso de gestão.

**Plano de Carreira** - O deputado Dionei comentou ainda que, em 2003, em uma reunião com o então secretário estadual da Educação, Jacó Anderle, foi criada uma comissão para elabo-

rar o Plano de Carreira do Magistério, mas nada de concreto aconteceu até agora.

**Banicultores** - O deputado petista também anunciou que a superintendência do Banco do Brasil acatou a proposta de prorrogação das dívidas dos banicultores do Estado que tenham vínculo com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

De acordo com a orientação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os produtores poderão rolar até 85% das dívidas, pagando em três parcelas anuais, com vencimentos em 2006, 2007 e 2008, sendo que 15% ainda deverão ser pagos em 2005, esclareceu o parlamentar. O total das dívidas chega a R\$ 14,5 milhões. Segundo a Federação das Associações de Banicultores de Santa Catarina, a doença sigatoka negra provocou prejuízos de R\$ 59 milhões. (DAB/TK)

## Assembléia lança prêmio de literatura

Santa Catarina ganhou um novo e forte estímulo à sua produção literária com a instituição do Prêmio Virgílio Várzea de Literatura, lançado na Assembléia Legislativa pelo deputado Celestino Secco, líder do PP e presidente da Escola do Legislativo. O Prêmio destina-se a autores nascidos em Santa Cata-

rina ou residentes no Estado há, no mínimo, cinco anos.

De acordo com o deputado, a premiação será conferida anualmente à melhor obra em cada uma das categorias - romance, contos e crônicas, poesia, infanto-juvenil e didático. Concorrerão obras editadas no Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de

cada ano, e a seleção será feita por um júri composto de três personalidades especializadas em cada categoria. Virgílio Várzea, considerado o maior prosador catarinense, nasceu em 1862 e morreu em 1941. Jornalista e literato, foi o precursor da literatura relacionada ao mar na América Latina. (JCR)

## DOS GABINETES

### Galeria de líderes

O almoço dos deputados do PMDB, no último dia 8, teve como atração a apresentação da galeria de líderes da bancada, que retrata parte dos quase 40 anos de história da legenda na Assembléia Legislativa. A iniciativa de pesquisar e reunir fotos dos 25 parlamentares que já responderam pela função partiu do deputado João Henrique Blasi. Ele e o atual líder, Manoel Mota descerraram a galeria, na presença do presidente do dire-

tório estadual, Eduardo Pinho Moreira.

A história da bancada inicia com o advogado Evi-lásio Caon, que liderou o PMDB no parlamento estadual entre 1966 e 1968, ano em que teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5. Seu substituto foi Pedro Ivo Campos, o primeiro dos quatro governadores do PMDB. Depois dele, Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner e Paulo Afonso também desempenharam a função. (EPS)

### Postos policiais

O Plenário aprovou indicação de autoria do deputado Cesar Souza (PFL) solicitando reforma dos postos policiais localizados nas cabeceiras das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Salles, em Florianópolis. A indicação do parlamentar foi encaminhada ao secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, e ao comandante-geral da Polícia Militar, Bruno Knih. O pedido do parlamentar compreende a base operacional da avenida Mauro Ramos, também na capital.

**Anemia Falciforme** - Também de autoria do pefelista, está em tramitação na Casa um projeto de lei que institui a Semana Estadual de Controle da Ane-

mia Falciforme na segunda semana do mês de agosto. Se for aprovada, o Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, estará autorizado a coordenar e promover atividades e campanhas, em parceria com órgãos públicos federais, municipais e empresas privadas, para conscientizar a população sobre a doença.

A anemia falciforme é mais freqüente na população negra e seus descendentes, mas também atinge a população branca. Não é contagiosa, porém não tem cura, podendo ser controlada com alguns cuidados básicos de saúde. A doença pode ser descoberta num momento precoce pelo Teste do Pezinho. (Liderança do PFL)

### Similares em farmácias

Qual a diferença entre medicamentos de referência e genéricos em relação aos chamados "similares"? Essa confusão, comum nos balcões das farmácias, pode acabar assim que for aprovado o Projeto de Lei nº 362/05, apresentado na Assembléia Legislativa pela deputada Odete de Jesus (PL). Originário de uma sugestão do promotor de Justiça Antenor Chinato, responsável pela Coordenadoria da Defesa do Consumidor no MP estadual, este projeto vai obrigar as farmácias a exporem cartazes com os dizeres: "O medicamento prescrito por seu médico só pode ser substituído por medicamento genérico". A propos-

ta impõe advertência e multas progressivas.

A preocupação da deputada Odete de Jesus é que os medicamentos similares, mais baratos, são vendidos como substitutos dos genéricos, sem oferecer garantias comprovadas do mesmo resultado. Segundo ela, a proposição visa a exclusivamente compelir os estabelecimentos farmacêuticos e drogarias a evitarem a substituição irregular dos medicamentos. "Queremos inibir a possibilidade dos laboratórios de oferecerem gratificações ou comissões a atendentes de farmácias para que efetuem a troca de medicamento prescrito por similar", avisa Odete. (IP)



# Fórum das Águas faz mobilização em defesa do rio Camboí

Carlos Agne

Depois da realização de 21 seminários em municípios que compõem a Bacia do Rio Uruguai e o Aquífero Guarani, o Fórum das Águas, presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT), fez uma reunião de trabalho diferente. Entre os municípios de São Miguel do Oeste e Paraíso, na localidade de Linha Canela Gaúcha, uma mobilização em defesa do rio Camboí mexeu com a comunidade, que ouviu palestras sobre a preservação da mata ciliar e participou do plantio de mudas de árvores nativas.

O evento aconteceu na manhã do último dia 29, na Associação dos Funcionários da Casan, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da preservação da mata ciliar no município, especialmente junto ao rio Camboí que abastece toda a cidade de São Miguel do Oeste. "Devido à falta de preservação da mata ciliar, o rio está secando em época do verão. E isso não ocorre somente nesse rio. Através de nossos seminários buscamos conscientizar sobre a importância das águas e do nosso Aquífero Guarani", observou Baldissera.



Comunidade plantou mudas de árvores nativas nas margens do rio Camboí, ao fundo

O vereador Adair Bernardi (PT) informou que durante a semana que precedeu o evento, o Eco-ônibus da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) apresentou vídeos sobre a importância da mata ciliar. "Os vídeos enfatizam a preservação da mata atlântica no Estado e orientam a população que mora próximo ao entorno das unidades de conservação sobre a importância em denunciar quem degrada", explicou Bernardi.

Os participantes tiveram a oportunidade de ouvir soldados da Polícia Ambiental que palestraram sobre a "Mata Ciliar e Recursos Hídricos – Um olhar geográfico no extremo-oeste catarinense", do professor de Geografia da Unoesc, Antonio Moreira, que tratou do tema "Construção do território microrregional e as consequências sócio-ambientais", além de realizarem atividade prática plantando mudas de árvores nativas na propriedade do agricultor Divino Bacega.

## Protocolo vai garantir recursos ao Aquífero

A reunião preparatória do marco lógico do programa "Pró-Rio Uruguai – Aquífero Guarani", que terá financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com contrapartida dos governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi realizada no dia 7, no Plenário Osni Régis. O marco lógico é um sistema utilizado para a gestão de projetos e programas. Seu uso difundiu-se amplamente na maioria das organizações internacionais que atuam no âmbito público como instrumento básico de gerenciamento.

A oficialização dos acordos com a instituição internacional está prevista para o dia 18. No total, o programa prevê a aplicação de 1,2 milhão de dólares em ações de pesquisa sobre manejo ambiental, redução e tratamento de dejetos, zoneamento agroecológico e conservação do patrimônio natural.

O evento, conduzido pelo vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), teve

a participação do presidente do Fórum Permanente para a Preservação das Águas e Aquífero Guarani, deputado Pedro Baldissera (PT), do presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Sérgio Godinho (PSB), e do presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Reno Caramori (PP). Representantes de órgãos governamentais dos dois estados, consultores do BID, universidades e organizações ambientalistas participaram do encontro.

O secretário técnico do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani na Fundação Universitária de Lajeado (RS), professor Henrique Carlos Ferstenseifer, mostrou sucintamente o que é o Aquífero Guarani e sua importância para o mundo, através do programa para a recuperação, desenvolvimento racional e gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do rio Uruguai. Em seguida, o secretário executivo do Progra-

ma e representante do governo do Rio Grande do Sul, João Manoel Froner Bicca, fez um relato sobre a caminhada na busca pelos recursos.

O presidente da Fapesc (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Santa Catarina), Rogério Portanova, enalteceu o trabalho conjunto entre os mais diversos segmentos e disse ter a garantia do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) da obtenção de recursos para pesquisa e investimentos destinados à sustentabilidade do programa, buscando a justiça social junto com o equilíbrio ambiental. A professora da Uniplac (Universidade do Planalto Catarinense), Lúcia Helena Baggio Martins, e o presidente da Fundação José Boiteaux, José Isaac Pilati, integrantes do movimento pela preservação e recuperação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, defenderam o estabelecimento de um marco jurídico comunitário. "A água pertence ao povo e não a um espantalhão qualquer", afirmou Pilati.



### Legislativo

O atual presidente do Fórum da Águas, deputado Pedro Baldissera, falou sobre a realização de 21 seminários pela Assembleia Legislativa nas mais diversas regiões do Estado, enfatizando o apoio recebido pelas secretarias regionais do governo, dos agentes políticos, educandos e dos educadores, que também participaram de oficinas sobre o tema durante os eventos.

Caramori pediu uma maior reflexão do homem do campo sobre a destinação dos dejetos de suínos, uma das principais fontes poluidoras no Estado. Nadal ressaltou que o programa de desenvolvimento sustentável da bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, no âmbito catarinense, foi instituído pelo Decreto nº 1669, de 14 de abril de 2004.

### Bacia do Rio Uruguai

A Bacia do Rio Uruguai em Santa Catarina abrange uma área de 47.145 quilômetros quadrados, que se estende por 31 municípios do Planalto Serrano e 118 da região Oeste, incluindo as bacias hidrográficas dos rios Peperi-guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, do Peixe, Canoas e Pelotas. Na área, vivem 1,6 milhão de catarinenses, cerca de 30% da população do Estado.

A bacia do rio Uruguai se insere na área do Aquífero Guarani, que se estende pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, tendo 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Dessa extensão, 71% estão em oito estados do território nacional.

### Emenda

O deputado Sérgio Godinho (PSB) irá apresentar uma emenda à LOA (Lei Orçamentária Anual) propondo que R\$ 500 mil sejam destinados ao programa de desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, no Orçamento Estadual de 2006. Segundo o deputado, não há recursos destinados para o Programa, dentre os previstos para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, na proposta governamental de Orçamento encaminhada à Assembleia Legislativa. (MAP)